

# Descolamento do crescimento econômico em cinco países da América Latina no período 2002-2012

## Detachment of economic growth in five Latin American countries in the period 2002-2012

**MÍRIAM OLIVEIRA SILVA PORTUGUÊS** | miriamoportugues@gmail.com  
Doutoranda do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ)<sup>1</sup>

**Recebimento do artigo** Julho de 2015 | **Aceite** Julho de 2015

**Resumo** No período 2002-2012, surgiu um fato estilizado sem precedentes: a taxa média de crescimento dos países em desenvolvimento excedeu em 5% em relação aos países desenvolvidos. A proposta deste artigo é esboçar alguns argumentos da hipótese do descolamento de crescimento econômico, a partir da ótica da abordagem clássica do excedente, a fim de verificar se esse padrão se reproduz nos maiores países da América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México. Conclui-se que as condições econômicas internacionais excepcionalmente favoráveis associadas a China constituindo-se num polo dinâmico capitalista, permitiram o aumento da tendência de crescimento e a significativa melhora na gestão macroeconômica destes países..

**Palavras-Chave** Descolamento; Crescimento; América Latina.

**Abstract** In the period 2002-2012, emerged an unprecedented stylized factor: the average rate of growth in developing countries exceeded 5% compared to developed countries. The purpose of this article is to outline some arguments of the hypothesis decoupling of the economic growth, from the perspective of the classical surplus approach in order to verify if this pattern is reproduced in the larger countries of Latin America: Argentina, Brazil, Chile, Colombia e Mexico. We conclude that the exceptionally favorable international economic conditions associated with China constituting a dynamic capitalist pole, allowed increasing trend of growth and significant improvement in macroeconomic management in these countries. **Keywords** Decoupling; Growth; Latin America.

## Introdução

Durante a década de 2000, ocorreu uma importante mudança no padrão de evolução de crescimento da economia mundial: a contribuição no PIB mundial da China e dos outros países em desenvolvimento se tornou maior que os países desenvolvidos. Este novo fato estilizado, à respeito da aceleração

---

<sup>1</sup> A autora agradece as sugestões do Professores Ricardo Summa e Carlos Pinkusfeld Bastos, porém sem responsabilizá-los por qualquer problema que possa ter aparecido no trabalho.

do crescimento do PIB das maiores economias do mundo emergente comparado com os países avançados, se difundiu em alguns países menos desenvolvidos da América Latina e da África.

Neste contexto, Akyuz (2012) aporta a proposição do “decoupling” ou descolamento da tendência de crescimento econômico, na qual questiona se os países em desenvolvimento descolaram da tendência de crescimento do produto em relação aos países desenvolvidos. É verdade que devido a crescente integração comercial e financeira na economia mundial, o comportamento cíclico dos dois grupos de países se tornou bastante similar, tanto que os efeitos da crise financeira internacional de 2008 ratificam este contexto. Contudo a pergunta central descreve em que medida a rápida ascensão dos países em desenvolvimento constitui uma mudança em termos de tendência de crescimento em relação aos países ricos. O foco do “*de-coupling*” está nas maiores economias em desenvolvimento, pois a partir da formação de polos dinâmicos exercem influências sobre as países subdesenvolvidos.

A proposta deste artigo é esboçar alguns argumentos da hipótese do descolamento da tendência de crescimento durante a década de 2000, a partir da ótica da abordagem clássica do excedente dentro do arcabouço de crescimento e desenvolvimento econômico, a fim de analisar os maiores países da América Latina e verificar se esse padrão se reproduz nesta região. Uma vez que a abordagem clássica do excedente considera a distribuição de renda definida de forma exógena aos preços relativos (o excedente explicado pela complexa interação das condições técnicas de produção e fatores políticos e institucionais), a demanda agregada dos países explica em grande parte do deslocamento em um contexto de redução da restrição externa por fatores externos extremamente favoráveis. Especificamente, o propósito da análise é descrever indicadores externos e variáveis macroeconômicas como as taxas de crescimento que ratificam o argumento, e ainda, mais focada em especificar a importante performance nos componentes da demanda agregada dos países no período.

A crise financeira internacional de 2008 afetou duramente as economias da América Latina, porém a recuperação foi forte e de forma desigual. Isto vale, também, para características da expansão do crescimento do PIB, pois apesar dos fatores agirem de forma parecida neste conjunto de países, cada um tem sua especificidade, pois eles apresentam diferentes processos históricos, tamanhos de economia, estruturas institucionais e características de comércio. A análise vai se centrar na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, e México.

Para tanto, este trabalho será dividido em cinco seções a contar desta introdução. A segunda parte faz um breve resumo das hipóteses e dos mecanismos da abordagem clássica do excedente. Na terceira seção, discute-se a hipótese do descolamento da tendência de crescimento em contexto geral, definindo os argumentos sobre o tema, como também expõe as condições de inserção externa de cada país durante a década de 2000 e início da década atual. Em seguida, é realizada a análise descritiva sobre o desempenho do crescimento dos componentes da demanda agregada dos países selecionados. Por fim, as considerações finais.

## **Modelo de crescimento com restrição externa: retomada da abordagem clássica do excedente.**

A ideia de crescimento com restrição externa parte dos princípios gerais da abordagem do excedente econômico e do princípio da demanda efetiva (Medeiros e Serrano, 2004; Serrano, 1995; Serrano, 2003). A abordagem do excedente econômico parte de uma teoria objetiva dos preços relativos em que os preços dos fatores de produção são determinados por um mecanismo complexo e competitivo de distribuição do excedente entre os proprietários dos fatores. Este processo inclui a definição das condições técnicas de produção e considera os fatores políticos e institucionais, como por exemplo o

processo de barganha dos trabalhadores<sup>2</sup>.

A distribuição de renda é resultante desse processo complexo em que interagem os determinantes dos salários nominais (organização sindical, padrões de consumo mínimos socialmente toleráveis etc.), a evolução da produtividade e a política econômica do estado, particularmente no que diz respeito a taxa de juros e à taxa de câmbio. (Medeiros e Serrano, 2004, p.252)

A dinâmica capitalista é explicada adicionando o princípio da demanda efetiva com a retomada da teoria clássica do valor e da distribuição, de maneira que as economias produzem um excedente acima dos níveis de subsistência necessários, limitado pela demanda agregada, e não pela oferta, pois não existe mecanismo automático que valide que todo excedente potencial não consumido será investido. Ou seja, não serão as decisões de poupar que ditam a lógica de acumulação de capital e sim, as decisões de investimento e o seu crescimento, que por sua vez, determina o nível de poupança agregada. Isto no curto e no longo prazo (Medeiros e Serrano, 2004).

As decisões de investir geram poupança agregada no longo prazo, já que a capacidade produtiva para o setor privado é gerada pelo crescimento contínuo do investimento. A linha teórica seguida neste artigo salienta a visão de Serrano (1995), em que a dinâmica do investimento é explicada pela variação do nível e da taxa de crescimento da demanda final (gasto do governo, construção civil, consumo e exportações). Isto representa a combinação do efeito multiplicador e acelerador, sendo chamado de supermultiplicador<sup>3</sup>. Quando a taxa de crescimento da demanda final aumenta, a taxa de investimento inicialmente não se altera, mas o grau de utilização da capacidade se eleva, e durante um período maior de tempo, a taxa de investimento se ajusta aos níveis de capacidade produtiva e taxa de crescimento da demanda final. A taxa de investimento só cresce, se a demanda final cresce de forma sustentada e regular, de forma a ocupar a capacidade produtiva que está sendo criada.

Um importante ponto na análise das economias capitalistas, diz respeito ao processo de acumulação de capital e o ritmo de crescimento do produto liderado pela demanda, pois são afetados pelas políticas macroeconômicas de cada estado que estão geralmente ligadas às necessidades de satisfazer as suas restrições externas. Isto quer dizer que as economias em cada período histórico encontram dificuldade em realizar políticas nacionais para o processo de acumulação de capital porque enfrentam variações na situação da balança de pagamentos, que é o canal de transmissão da complexa interação de “mudanças no ambiente internacional econômico e geopolítico, sob diferentes sistemas financeiros e monetários internacionais, e as mudanças nas políticas e nos resultados de desenvolvimento de diferentes estados” (Medeiros e Serrano, 2004, p. 250). A exceção do país que emite a moeda internacional, pois não sofre restrição de divisas (pois a emite) e, conseqüentemente, de balança de pagamentos.

A questão é quando a demanda cresce de maneira sustentável e, conseqüentemente, a capacidade produtiva, a necessidade de importar também cresce, pelo efeito multiplicador dado o aumento da renda e/ou pela necessidade de fornecimento de insumos como bens de capital ou matérias primas (dependendo para proporção de meios de produção existentes no país) comprometendo o equacio-

---

2 Esta abordagem discorda da teoria neoclássica com respeito à lógica do princípio de substituição, na qual indica que em equilíbrio geral, os fatores de produção seriam plenamente empregados e seus preços refletiriam a escassez relativa das dotações dos fatores de produção de forma direta (indicada pelos próprios preços dos fatores) e indireta (no consumo, refletido pelos preços dos produtos que usam fator de produção de forma mais intensiva). Segundo a abordagem do excedente, não existe tendência automática de ajuste dos fatores de produção ao equilíbrio de pleno emprego. O contraponto ao princípio da substituição se refere ao capital ser um fator reprodutível e por isso, seu preço não poder refletir “escassez relativa”. Outro ponto, o fator trabalho também não é escasso, afirmando que as economias capitalistas em geral tem excedente estrutural de mão de obra, principalmente economias em desenvolvimento. (Medeiros e Serrano, 2004; Serrano, 2003).

3 Ver Serrano (1995)

namento do saldo comercial do país. A capacidade de pagamento das importações em termos de divisas internacionais depende da dinâmica das exportações (dependente da renda externa que tem um determinante exógeno). A ideia principal é que o crescimento das economias se esbarra na restrição externa, pois as divisas internacionais são o “insumo” escasso no processo de desenvolvimento. A teoria distingue o papel da taxa de crescimento de exportações como um principal fator de financiamento externo para o desenvolvimento, além de ser um importante componente da demanda agregada. As divisas provenientes das exportações são causa do relaxamento da restrição externa, aliviando problemas de liquidez, sustentabilidade do déficit em conta corrente e dos passivos externos. (Medeiros e Serrano, 2004).

A trajetória de crescimento do produto, que inclui a lógica da restrição externa, depende dos diferentes padrões de acumulação, dado pelas diferenças históricas e estruturais de cada país e resultante da dinâmica orientada para o mercado interno e/ou pelas exportações. Em particular, uma importante implicação do modelo do supermultiplicador é que os regimes de crescimento do produto dependem da proporção da demanda que é atendida pela produção interna e, ainda, do peso que cada gasto autônomo tem na demanda total (Behring, 2013). Por exemplo, um país com um peso do investimento menor em relação aos outros gastos autônomos, se cresce a taxa de investimento (demanda por bens de capital não produzidos internamente), a propensão a importar do país também aumenta, e uma maior possibilidade de problemas de restrição externa. Além disso, se a proporção da demanda atendida pelo mercado interno for muito baixa, os efeitos dos gastos autônomos (exportações ou demais gastos) tem seu impacto reduzido sobre o nível de produção doméstica (induzem demanda de outros países) nos dois tipos de regimes (orientado para exportações ou mercado interno). Assim, o crescimento do produto de longo prazo e princípio de ajustamento do investimento é explicado pela demanda efetiva (gastos autônomos que não geram capacidade) e dependente da estrutura produtiva dos países. Entretanto, o crescimento do produto é limitado pela restrição externa, exprimido por uma esforço de financiar importações, principalmente em países com uma estrutura produtiva relativamente pequena, e precisam importar bens de capital e produtos básicos.

## Descolamento do crescimento econômico e inserção externa

Na última década, as maiores economias do mundo emergente, como Brasil, Índia, Rússia, e, principalmente a China, obtiveram um maior crescimento do PIB comparado com os países avançados. Esta tendência se difundiu em alguns países menos desenvolvidos da América Latina e da África, resultando no surpreendente e sem precedentes fato estilizado (especialmente comparando com as décadas passadas): de 2002 até 2008, o diferencial de crescimento entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos foi de cinco pontos percentuais, e mesmo com a recessão gerada pela crise em 2008-2009, os países em desenvolvimento passaram a crescer mais rápido em 4% durante 2010-2011. A taxa média de crescimento dos países emergentes no período 2002-2012 extrapolou em 5% por ano os países desenvolvidos. (Akyuz, 2012)

A crise financeira mundial de 2008 resultou na contração do comércio mundial e queda dos fluxos financeiros, e como consequência, o crescimento do produto dos países emergentes se reduziu. Entretanto, diferentemente dos Estados Unidos e da Europa que continuam com recessão e algumas fragilidades financeiras, a recuperação dos países emergentes foi rápida. Eles restauraram seu crescimento de produto a níveis comparados aos anteriores à crise. (Akyuz, 2012).

A Tabela 1 mostra os diferenciais de crescimento do PIB dos alguns países em relação países da

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) de 1960 a 2010 (Medeiros, 2011a)<sup>4</sup>. Entre 2004 a 2008, o diferencial aumentou em mais de 3%, pela primeira vez, em muitos países da América Latina e da África (mais especificamente: Leste europeu, Rússia, Norte da África, África Subsaariana, África do Sul, América Central excluindo o México, América do Sul; Leste Asiático; China; Índia).

**Tabela 1: Diferencial de crescimento do PIB em relação ao países do OCDE**

Diferencial de cresc. do PIB	1991-2003	2004-2008	2010
Mais de 3%	Leste Asiático, China, Índia	Leste Europeu, Rússia, North África, Sub- África Subsaariana, África do Sul. Central América excl. México; South América do Sul; Leste Asiático; China; Índia	África Subsaariana; América do Sul; Brasil; Leste Asiático; China; Índia
De 1 até 3%	América Central, excl. México	Brasil, México	Leste Europeu. Rússia, Norte da África, América Central, México
Países do OCDE	2.5	2.2	2.2

Fonte: Medeiros (2011a), UNCTAD.

A partir da ampliação do hiato de crescimento do produto entre o norte e o sul, surge a hipótese do “*decoupling*” ou descolamento do crescimento econômico, levantada por Akyuz (2012), com a pergunta central: se a tendência de crescimento dos países em desenvolvimento se deslocou em relação aos países desenvolvidos, ou seja, consta verificar em que medida a rápida ascensão dos países em desenvolvimento constitui uma mudança de tendência de crescimento em relação aos países ricos e a eventos adversos. No passado, as economias em desenvolvimento dependiam da taxa de crescimento do mundo desenvolvido, uma vez que se elas aceleravam, o mundo periférico acompanhava, e se fosse ao contrário, no desaquecimento da atividade econômica também seguia a tendência.

O comportamento cíclico das economias desenvolvidas e em desenvolvimento se tornou mais similar e sincronizado a partir dos anos 1990, e intensificando nos anos 2000, como resultado da crescente integração comercial e financeira na economia mundial, permitindo a elevação da correlação das atividades econômicas (no ciclo) entre os países do norte e do sul, sobretudo demonstrado pelas consequências da crise de 2008, não só nos países desenvolvidos, mas também nos países em desenvolvimento (Damill e Frenkel, 2011).

Por outro lado, em termos de tendência de crescimento do produto, aconteceu um descolamento dos países em desenvolvimento em relação aos desenvolvidos<sup>5</sup>, demonstrado no gráfico 1, principalmente no último período. Este descolamento durante os anos 2000 é diferente porque aparenta ser mais persistente, mais permanente e mais generalizado. Durou toda a década passada, se tornou mais intenso a partir de 2004 e, ainda, resistiu a crise. A tendência se tornou mais generalizada porque afeta inclusive a periferia da América latina e parte da África. Os gráficos na figura 1 demonstram um similar comportamento nas séries de crescimento do PIB dos países da América Latina e em desenvolvimento excluindo a China.

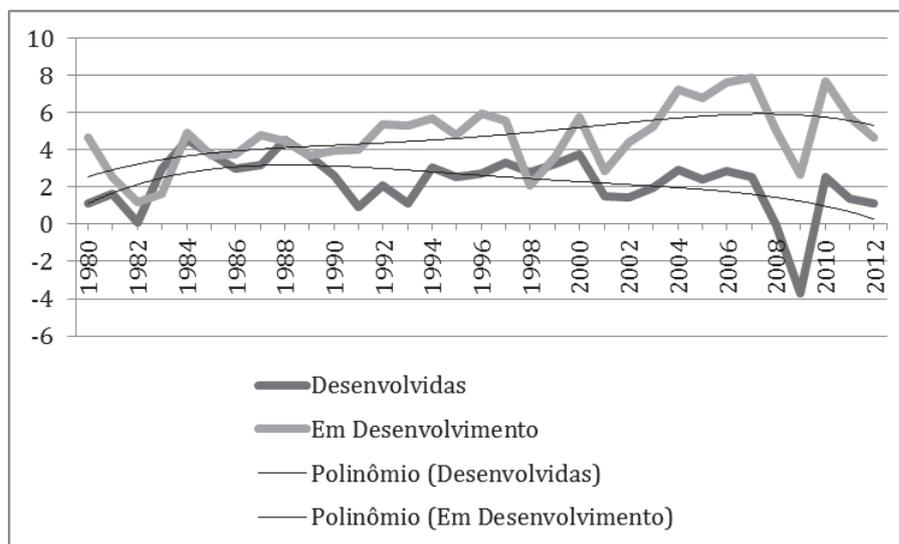
O foco deste argumento é relativo as maiores economias em desenvolvimento, que contém a maior parte da população e renda. A dinâmica de produção destes países associada a formação de polos

4 O excesso do PIB médio real anual acima da média dos países do OCDE, em pontos percentuais.

5 Não existe uma classificação internacional padrão para definição do conceito de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Este artigo utiliza a classificação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). (Disponível em: < <http://unctadstat.unctad.org/EN/Classifications.html>>. Acesso em: 09 setembro 2015)

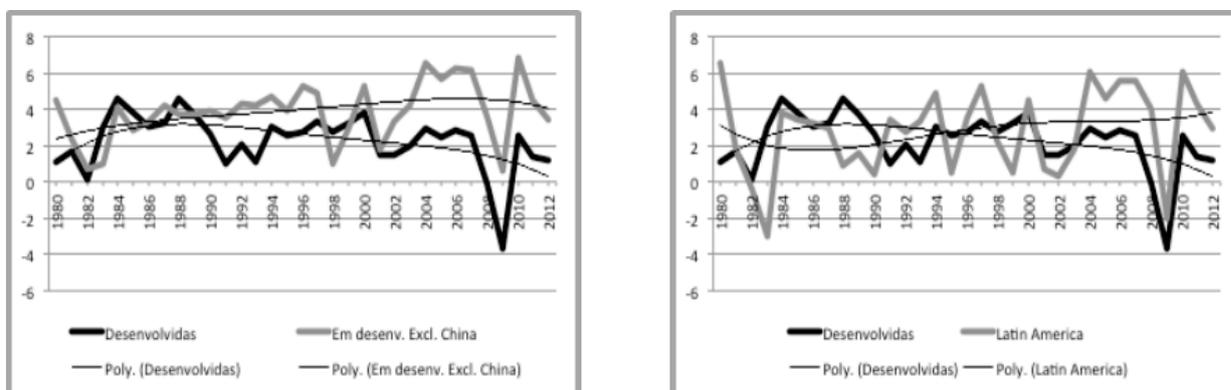
econômicos acabam exercendo influências sobre as economias menores. E a maior conexão entre estas economias é o comércio.

**Gráfico 1: Taxa de crescimento do PIB real anual (base=2005)**



Fonte: UNCTAD

**Figura 1: Taxa de crescimento do PIB real anual (base=2005)**



Fonte: UNCTAD

A factibilidade de alguns países menos industrializados terem um autônomo polo de crescimento é discutida por Arthur Lewis (1980)<sup>6</sup> citado por Medeiros (2011a), em que forças internas determinariam a taxa de crescimento da produção e, por sua vez, o comércio entre eles.

*This change on the growth pattern was not possible in many peripheral countries, only in the countries with more diversified economic structure this possibility could occur – Lewis particularly considered positively the case of India- but the main point was that this change was not supposed to occur simultaneously in all less developed countries. The necessary condition was that some leader country had an autonomous growth and high demand from other developing exporters. These countries could base their growth on internal markets. (Medeiros, 2011a, p. 4)*

6 Lewis, A (1980) "The Slowing Down of the Engine of Growth", The American Economic Review, Vol 70, No 4;

Acrescenta-se que esta dinâmica sobrevém mais facilmente, se existirem comércios preferenciais e arranjos de moeda, e será mais necessário, se os países desenvolvidos não compartilharem uma maior parte de seus mercados internos. A China cumpriu esse papel de polo dinâmico na década passada. Apesar da Índia possuir um desempenho importante, a China tem maior contribuição nos fluxos de comércio e crescimento do PIB que a Índia, o Brasil e a Rússia juntos, podendo definir autonomamente os parâmetros de seu crescimento. O rápido crescimento do produto nos países em desenvolvimento está associado a sua maior participação na renda mundial, além do importante aumento na participação do comércio mundial e um considerável crescimento do comércio Sul-Sul. (Akyuz, 2012; Medeiros, 2011a, Freitas *et al.* 2015, Amico, 2014).

A partir disso, Medeiros (2011a) destaca um processo de mudança estrutural iniciada em 2000. O processo de urbanização e industrialização da China absorveu a vasta oferta de trabalho, provocando um declínio dos preços de bens industriais intensivos em trabalho e em decorrência, uma substancial melhora nos termos de troca. A crescimento da Índia e a China tiveram efeitos nas commodities primárias contribuindo para seu alto valor desde 2003 chamados de “Super-ciclo de commodities” (Cuddington J. ; Jerrett, D. 2008 apud Medeiros, 2011a; Serrano, 2008). Este fato favoreceu o comércio dos países em desenvolvimento exportadores, ampliando o fluxo de produtos primários destes países e a exportação de bens industriais da China para estes. Sobreveio um crescimento do comércio Sul-Sul nunca visto.

O rápido crescimento do PIB na China foi liderado pela expansão da produção industrial. Bens industriais finais destinados à exportação, a produção de bens de capital em indústrias pesadas para processo de urbanização e a demanda de bens de consumo de novos consumidores domésticos urbanos foi o principal núcleo do forte fluxo de investimento na China (Freitas *et al.*, 2015).

Outro fato ocorrido principalmente na Ásia, se refere as firmas multinacionais criando vastas cadeias de comércio de forma vertical com processos de escoamento, além do crescimento do comércio intra-firma, entre países e entre empresas nacionais. De modo geral, Medeiros ressalta como fato estrutural:

*The main effect of above transformation in terms of trade and demand for raw material for several peripheral countries was the possibility to achieve higher rates of growth and simultaneously a surplus in current account balance in a remarkable contrast with the other decades.* (Medeiros, 2011a, p.12-13)

Este contexto possibilitou aos países diminuírem sua restrição externa com a geração de superávit com o crescimento das exportações, superávit em conta corrente, maior volume de reservas e a criação de fundos de estabilização. A proporção entre reservas internacionais e dívidas de curto prazo foram ampliadas na África, América Latina e Ásia (Medeiros, 2011a).

O principal fator que contribuiu para a significativa melhora na gestão macroeconômica dos países em desenvolvimento e permitiu o aumento da tendência de crescimento, foram as condições econômicas internacionais excepcionalmente favoráveis (Akyuz, 2012; Ocampo, 2010). O rápido crescimento da economia chinesa, o aumento do preço em dólares das commodities, a baixa taxa de juros nos países centrais e o amplo fluxo de capitais para países em desenvolvimento são apontadas por Freitas *et al.* (2015) como os quatro principais fatores que contribuíram para o descolamento da tendência de crescimento dos países em desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos.

Os fatores externos favoráveis - ampliação do comércio, a expansão do preços de commodities e dos fluxos de capitais para o sul - reduziram-se bastante com o advento da crise em 2008 (gráfico 3), entretanto, as políticas de *quantitative easing* (programa de estímulos monetários realizados, prin-

principalmente, pelo banco central dos Estados Unidos iniciada em dezembro de 2008) e o limite zero da taxa de juros proporcionaram o retorno dos fluxos de capitais para os países em desenvolvimento e, juntamente com a instauração de políticas anticíclicas da China (pacote de estímulo fiscal com valor próximo de US\$600 bilhões, focado principalmente – cerca de 80% do valor - em investimento imobiliário e em infraestrutura)<sup>7</sup>. Assim, o crescimento do sul retomou. Depois da crise, os países em desenvolvimento aumentaram a dependência da demanda doméstica, gerando redução do superávit em conta corrente no leste da Ásia e aumento dos déficits no resto dos países em desenvolvimento. (Akyuz, 2012)

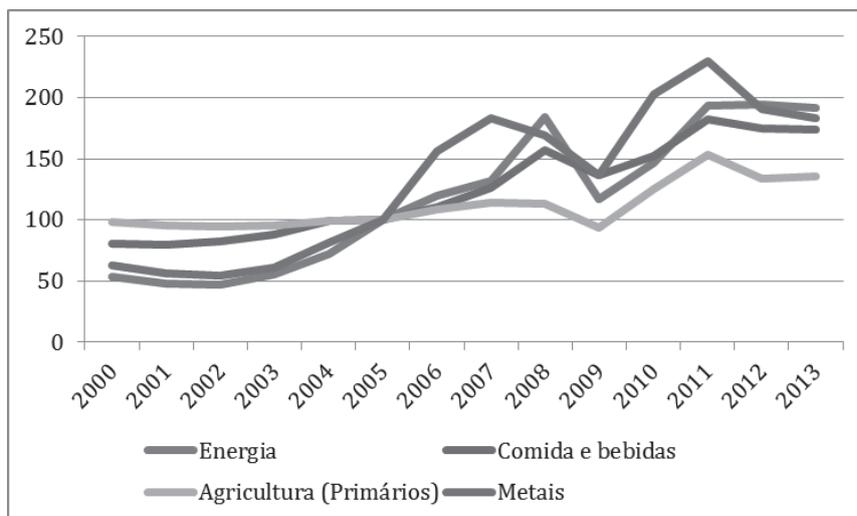
Apesar do menor peso dos fatores internos, a conjuntura econômica favorável nos anos 2000 para os países em desenvolvimento, em especial na América latina, possibilitou o comércio internacional de commodities se tornasse mais dinâmico, atenuando a restrição externa de crescimento dos países periféricos. Assim, algumas economias realizaram políticas econômicas voltadas para o mercado interno que não seja incompatível com o balanço de pagamentos, e os países que tem o mercados internos acoplados com o mercado externo, usufruíram deste contexto. Os governos aperfeiçoaram a administração dos fluxos de capitais, inclusive com uma política deliberada explícita de acúmulo de reservas que gera um colchão de liquidez e pode evitar turbulências. Isto permite a realização de políticas de estímulo a demanda agregada.

A mudança no padrão de evolução de crescimento da economia mundial com respeito ao aumento da tendência de crescimento dos países em desenvolvimento vis-à-vis os países desenvolvidos, também atingiu a América Latina. O crescimento na América Latina durante o período de 2004-2007 foi o melhor em três décadas. Segundo Ocampo (2009), o boom foi caracterizado por um conjunto de quatro fatores que nunca tinham sido observados juntos antes: alto preço das commodities, expansão do comércio mundial, condições de financiamento excepcionais e alto nível de remessas do exterior de trabalhadores emigrantes. Duas destas condições coincidiram na década de 1970, os altos preços de commodities e as condições de financiamento.

A figura 1 mostra a evolução acentuadamente positiva dos índices de preços de commodities durante a década de 2000. Inclusive depois da crise, os índices recuperaram rapidamente os níveis elevados entre 2010 e 2012, particularmente no caso dos minerais. O gráfico exhibe a significativa diferença entre produtos minerais e da agricultura, especialmente no final do período. Segundo Ocampo (2010), um dos reflexos dos ganhos nos termos de troca na América latina está concentrado em economias exportadoras de minerais e energia, como Chile e Venezuela, seguidos pela Bolívia, Equador, Peru e Colômbia. Desde 2011, o gráfico expõe uma tendência de baixa nos preços, principalmente em 2013, devido a moderação crescimento da China (o principal destino de vários produtos primários da região), um aumento na oferta destes produtos globalmente e o lenta recuperação das economias desenvolvidas (Cepal, 2013). Importante ressaltar que os preços no final do período ainda continuam superiores ao início do período. Este movimento dos preços gerou uma ampla fonte de divisas internacionais para os países exportadores de commodities na América Latina, levando um relaxamento da restrição de balanço de pagamentos, possibilitando um maior espaço de política aos governos, tanto pelo aumento de capacidade de importar ou de quitação de dívidas externas. Diferentemente da situação de restrição de divisas na qual muitos países enfrentaram na década de 1990.

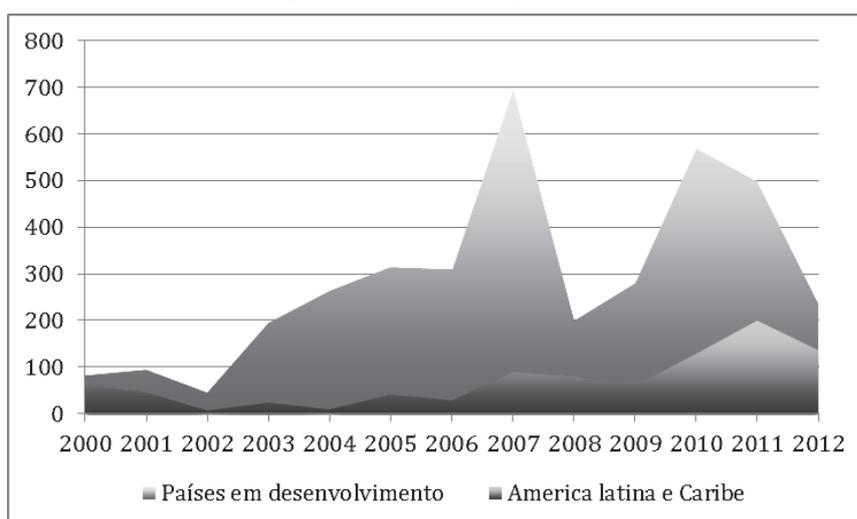
---

7 Pacotes de estímulos fiscais foram adotados por vários países da Ásia como a Tailândia, Coreia, Malásia e Singapura. (Akyuz, 2012)

**Gráfico 2 - Índice de preços de Commodities (base 2005)**

Fonte: FMI

Os fluxos de investimentos financeiros privados também foram direcionados para América Latina de forma considerável de 2004 até 2007, e até após crise, devido as políticas dos países desenvolvidos de combate a recessão, em especial os EUA, com o a política prolongada de juros próximo a zero e o *quantitative easing* (gráfico 3). A grande liquidez da década proporcionou acesso a moeda estrangeira com condições mais vantajosas à empresas e governos, permitindo a reestruturação da dívida sob melhores termos de juros e prazos, a diminuição de classificação de risco de vários países, bem como a redução da dívida e passivos da carteira, expansão do mercado de títulos e ações externas, entre outros (Ocampo, 2010; Weller, 2012).

**Gráfico 3 - Fluxos de capitais financeiros privados (bilhões de dólares)**

Fonte: FMI. Obs: Inclui investimento direto estrangeiro, fluxos de portfólio privados e outros fluxos privados.

Durante o período de 2004 a 2007, Argentina, Brasil e Chile, apresentaram superávit nas transações correntes, a despeito da Colômbia e México. A partir de 2008, Brasil começou a exibir déficits em conta corrente, enquanto a Argentina e Chile, a partir de 2011. Colômbia e México tiveram déficits anuais entre 2001 e 2012. Com intuito de analisar as condições de solvência dos países selecionados, a tabela 2 indica

a razão entre as transações correntes e exportações<sup>8</sup>. Comparando o período 1995-00 e 2003-07, Brasil, Chile e Argentina tiveram uma significativa melhora na razão devido a possibilidade de realizar superávits nas transações correntes, assim como a redução da razão. México e Colômbia compartilham a tendência de suave melhora na possibilidade de pagamento, pela redução da razão entre os dois períodos. Amico (2014) mostra que a razão de conta corrente e de exportação para a América Latina foi negativa 1995-2002 (em mais de 10% ao ano), mas o sinal do indicador foi revertido (positivo) entre 2003 e 2007.

**Tabela 2 – Relação entre transações Correntes e exportações em %**

Países	Média 1995-00	Média 2003-07	2003	2005	2007	2010	2012
Argentina	-33.5	13.7	23.6	11.2	11.0	-1.8	-1.2
Brasil	-45.2	7.1	5.0	10.4	0.8	-20.2	-19.2
Chile	-10.3	5.4	-3.1	3.9	9.1	4.4	-10.0
Colômbia	-23.2	-9.4	-6.3	-7.7	-17.7	-18.9	-16.6
México	-7.1	-4.0	-4.7	-3.9	-5.1	-1.5	-4.1

Fonte: CEPAL

Outra forma de análise das condições de inserção externa dos países é utilizar a relação dívida de curto prazo e total de reservas internacionais de um país. Os dados estão demonstrados na tabela 3. Este indicador avalia as condições de liquidez dos países, pois capta a capacidade de pagamento da autoridade monetária em caso de não renovação da dívida externa que tem que ser paga em moeda estrangeira (em geral dólares), e que vencem no prazo máximo de seis meses. A relação dívida de curto prazo e reservas da Argentina e do Brasil diminuiu substancialmente durante a década. Efeito decorrente da grande acumulação de reservas dos dois países. Colômbia e México teve uma suave melhora deste indicador entre 2007 e 2010, enquanto o Chile apresenta um detrimento do indicador pois a relação alargou mesmo com a quantidade de reservas se elevando.

**Tabela 3 – Dívida externa de Curto prazo (% do total de reservas)**

Países	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	157.6	134.6	124.1	88.4	41.8	43.1	41.3	32.6	56.9	59.8
Brasil	49.9	47.7	44.6	23.7	21.8	18.9	16.7	22.7	12.0	8.7
Colômbia	32.6	37.8	41.3	30.9	24.6	23.8	16.1	28.2	33.2	27.9
México	38.8	31.6	30.0	34.4	31.4	29.2	29.7	47.6	44.7	55.8
Chile	44.9	48.3	39.9	41.7	53.4	60.6	62.4	58.3	46.3	54.9

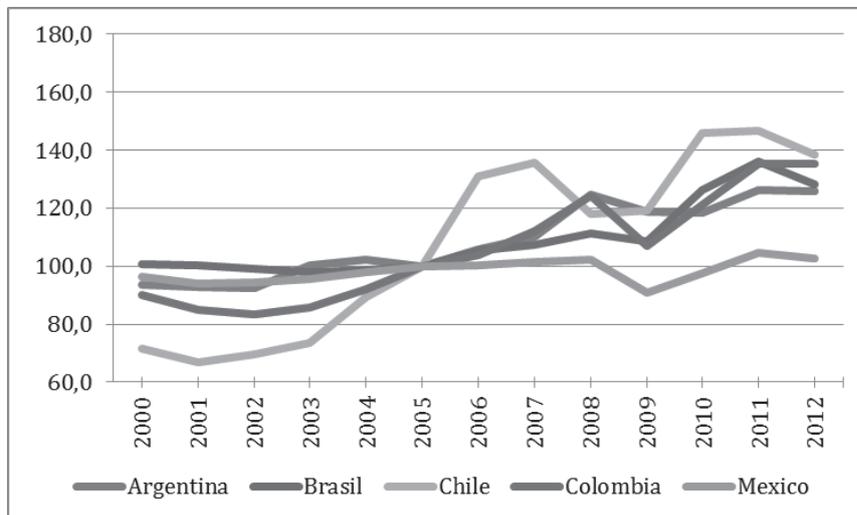
Fonte: Base de dados do World Bank e Banco Central do Chile

Segundo Ocampo (2010), o progresso do superávit da conta corrente durante a período de expansão dos países da América Latina, representa essencialmente a melhora dos termos de troca, derivada basicamente das receitas cambiais de commodities. O gráfico 4 mostra a variação positiva dos termos de troca em todos os países no período selecionado, porém, após a crise, com menor intensidade. Argentina, Chile e Colômbia observaram uma maior variação dos termos de troca, ao contrário do Brasil e México. A melhora

<sup>8</sup> Entende-se que a utilização deste indicador representa a capacidade de solvência do estoque da dívida denominada em moeda estrangeira, enquanto o indicador - transações correntes como porcentagem do PIB - não revela a real capacidade de pagamento, pois é medido em unidades de produto nacional e sua totalidade não necessariamente transforma-se em divisas internacionais. (Medeiros e Serrano, 2006; Lara, 2012)

dos termos de troca interage com o papel da China e rápido crescimento dos países Asiáticos, devido a crescente demanda por bens básicos, minérios, hidrocarbonetos e alimentos (Ocampo, 2010; Weller, 2012).

**Gráfico 4 - Termos de troca dos países selecionados (f.o.b. - base 2005)**

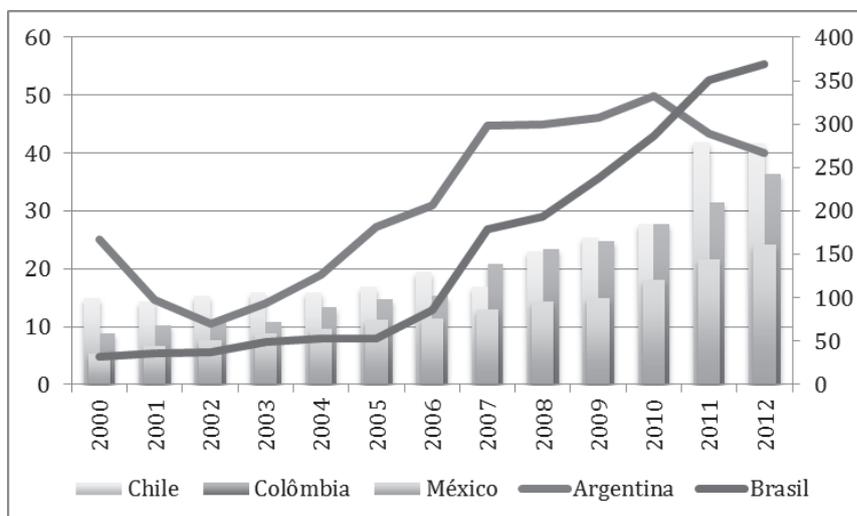


Fonte: CEPAL

O volume de reservas internacionais durante a década de 2000 estão indicadas no gráfico 5, mostrando a extraordinária evolução, principalmente no Brasil e na Argentina, devido a uma explícita decisão de acumular, em parte pela expansão dos preços das commodities e em parte pelos fluxos de capitais. Apesar de adotarem um regime flexível, ocorreram diversas intervenções nos mercados de câmbio em face a expansão dos fluxos de capitais que tendiam a apreciar o câmbio e aumentar a volatilidade da taxa. A flutuação suja aconteceu em todos os países, com a exceção do México durante 2004-2007, mas depois na crise voltou a intervir massivamente. A estratégia do Brasil e da Colômbia não conseguiu ser forte o bastante para evitar a apreciação da moeda e a sua volatilidade. (Ocampo, 2009; 2010)

Devido a política de intervenção no Câmbio, a Argentina apresentou um tendência de queda das reservas a partir de 2010, que persistiu por todo ano de 2013, e no início de 2014, levou a maior depreciação da moeda desde 2002.

**Gráfico 5 - Reservas internacionais em bilhões de dólares (preços correntes)**



Fonte: UNCTAD Obs: Argentina e Brasil são indicados pelo eixo vertical a direita, os outros três, pelo eixo a esquerda.

Assim, a década de 2000 se destaca pela abundância de fluxo de capitais, baixas taxas de juros dos países desenvolvidos, grande expansão econômica da China, crescimento do preços de commodities e uma variação positiva dos termos de troca, levando este cinco países durante o período de 2003 a 2008 partilhar de uma tendência significativa de melhora nas condições do balanço de pagamentos. Dependendo do foco de política de cada país, a possibilidade de acumulo de reservas e redução do endividamento externo, e para alguns deles obter superávits na balança comercial. O período entre 2010-12 mostra uma diminuição das condições excepcionais de inserção externa devido os efeitos da crise, tanto pela redução dos preços de commodities e quanto pela deterioração das transações correntes.

## Desempenho macroeconômico dos Países selecionados entre 2000 e 2013

Posteriormente a análise das condições de inserção externa dos países selecionados, cabe verificar a situação doméstica de crescimento do PIB e dos componentes da demanda agregada com intuito de examinar se as melhores condições de balança de pagamentos possibilitou um maior espaço de política econômica e crescimento para os cinco países. Em termos de crescimento dos componentes da demanda, o consumo das famílias apresentou um crescimento moderado na maioria dos países entre 2003 e 2009 e uma desaceleração em 2009, principalmente do México, devido aos efeitos da crise financeira. A retomada do crescimento acontece a partir de 2010 com taxas acima de 4% em todos os países. O crescimento dos gastos do governo se manteve acima de 2% durante todos os países durante entre 2004 e 2012 (exceção para dois anos: 2008 para Chile e 2010 para México). (Dados retirados do World Bank).

A tabela 4 representa a taxa de crescimento de três dos componentes da demanda agregada: consumo das famílias, consumo do governo e formação bruta de capital fixo. O período 2004-10 comparativamente em relação ao de 2000-03, apresentou médias das taxas de crescimento maiores para todos os países, com destaque no investimento com médias de 16% para Argentina, 6.5% para o Brasil e 10% para México. As médias do período 2011-13 tiveram tendências divergentes em comparação aos outros períodos entre os países selecionados. O investimento apresentou médias das taxas de crescimento maiores que o período anteriores no Chile (9.4%), Colômbia (9.7%) e no México (3.6%), por outro lado, o Brasil reduziu a média para 4% e a Argentina para 4.6%. No consumo das famílias, o Chile, Colômbia e México exibiram médias de taxas de crescimento em 2011-13 maiores que os períodos anteriores, enquanto o consumo do governo obteve médias de crescimento maiores para Argentina, Colômbia e México. Importante destacar que as médias de crescimento do investimento alcançadas no período de 2004-10 são mais altas que as taxas de crescimento do consumo das famílias e do governo em todos os países.

As melhores condições externas refletem diretamente em crescimento doméstico efetivo por meio da política fiscal. A possibilidade de aumento de gastos públicos por meio de ingressos fiscais (pelo boom das exportações de commodities) sem incorrer em desequilíbrios orçamentais permitiu o crescimento desta variável durante o período nos países selecionados, inclusive em grande parte da América Latina. (Amico, 2014; Freitas et al. 2015)

**Tabela 4 – Taxas de crescimento anuais do consumo final das famílias, Governo e investimento  
(Em média geométrica para o período)**

Países	Consumo das famílias			Consumo do Governo			Investimento		
	2000-03	2004-10	2011-13	2000-03	2004-10	2011-13	2000-03	2004-10	2011-13
Argentina	-3.5%	7.6%	6.3%	-1.3%	5.5%	6.3%	-8.9%	16.0%	4.6%
Brasil	1.3%	4.5%	3.8%	2.0%	3.0%	2.5%	0.1%	6.5%	4.0%
Chile	4.2%	5.3%	6.9%	2.8%	5.2%	3.1%	5.1%	8.4%	9.4%
Colômbia	3.0%	4.2%	4.7%	2.6%	4.9%	6.3%	8.0%	10.1%	9.7%
México	2.6%	2.5%	4.0%	-0.5%	2.2%	2.4%	2.0%	3.4%	3.6%

Fonte: World Bank national accounts data. Obs: Agregados são baseados em valores constantes de 2005 em dólares. Os dados de Investimentos são representados pela formação bruta de capital fixo sem a variação estoques.

As taxas de crescimento das exportações nos cinco países foram acentuadamente positivas até o ano de 2008. Entre o período de 2003 a 2014, a taxa média de crescimento de cada país ficou acima de 5,5%, sendo o Brasil com a maior delas: 9,22%. As importações também apresentaram fortes taxas de crescimento para o período de 2003 até 2008, com uma taxa média no período de 6,72% para o México e taxas médias acima de 11% para os outros quatro países. Em 2009 todos os países apresentaram um decréscimo de pelo menos 7% nas importações, e em 2010 ocorre a forte retomada de taxas positivas (de no mínimo 10%), mas com uma intensa desaceleração a partir de 2011 até 2013. (Dados retirados do World Bank).

As médias das taxas de crescimento anual das exportações e importações de bens e serviços para os períodos selecionados estão representados na tabela 5. As importações exibiram médias de crescimento em 2004-10 e 2011-13 superiores ao início da década para todos os países, exceto o México. O destaque está em 2004-10 com médias de taxas de crescimento superiores a 9% para Argentina, Brasil, Chile e Colômbia. As médias de crescimento das exportações tiveram desempenho diverso entre os países, com a redução das taxas no Brasil em 2004-10 e 2011-13 e decréscimo de -1.4% na Argentina em 2011-13.

**Tabela 5 – Taxas de crescimento anuais das exportações e importações de bens e serviços  
(Em média geométrica para o período)**

Países	Exportações			Importações		
	2000-03	2004-10	2011-13	2000-03	2004-10	2011-13
Argentina	3.6%	5.5%	-1.4%	-12.3%	17.7%	6.0%
Brasil	9.9%	5.9%	2.5%	-0.3%	11.6%	5.8%
Chile	5.1%	4.6%	3.0%	6.5%	10.8%	7.3%
Colômbia	1.6%	5.1%	7.7%	7.3%	9.3%	12.1%
México	2.5%	3.9%	5.4%	6.1%	4.9%	5.3%

Fonte: World Bank data. Obs: Agregados são baseados em valores constantes de 2005 em dólares.

O crescimento do comércio dos países em desenvolvimento se intensificou. Entre 2003 e 2012, a tabela 6 aponta que a porcentagem das exportações dos países desenvolvidos em relação ao total se reduziu em aproximadamente 14%, enquanto, das importações, a redução foi de 13%. Por outro lado, os países em desenvolvimento ganharam participação, inclusive na série excluindo a China, a despeito da menor rubrica. A América Latina no geral também acompanhou esta tendência, em aproximadamente

1% nas duas contas, bem como, nos países analisados com exceção do México. Pode-se notar que a tendência de aumento de participação comércio internacional, não foi reduzida com advento da crise.

Os canais de transmissão da crise de 2008 para América Latina foram diferentes em relação as crises anteriores, pois incidiu, principalmente, sobre o comércio internacional. O canal financeiro foi mais fraco e de menor duração por causa de melhoras na gestão do balanço de pagamento e, também, de estímulos monetários dos países desenvolvidos, que permitiram a elaboração de políticas anticíclicas pelos países da América Latina. A crise trouxe duas particularidades no comércio internacional: o principal efeito sobreveio sobre o comércio de manufaturas e serviços com a redução do comércio mundial, contudo, a agressiva política expansionária da China e do resto da Ásia, acelerou os preços de commodities favorecendo este setor. (Ocampo, 2010)

A queda do comércio mundial significou um decréscimo de, pelo menos, um terço do valor da exportações em relação ao pico do primeiro semestre de 2008, mas a recuperação se iniciou no final de 2009, com a liderança da Ásia, e seguido da América Latina (Ocampo, 2010). O comércio na América Latina tem um perfil exportador de re-especialização de commodities, em bens como minerais, petróleo, gás, cobre e ferro. (Weller, 2012; Correia e Oliveira, 2013)

**Tabela 6 – Exportações e importações em porcentagem do mundo total em milhões de dólares.**

Países	Exportações				Importações			
	2003	2008	2010	2012	2003	2008	2010	2012
<b>Argentina</b>	0.4	0.4	0.5	0.4	0.2	0.4	0.4	0.3
<b>Brasil</b>	1.0	1.2	1.3	1.3	0.7	1.1	1.2	1.3
<b>Chile</b>	0.3	0.4	0.5	0.4	0.3	0.4	0.4	0.4
<b>Colômbia</b>	0.2	0.2	0.3	0.3	0.2	0.2	0.3	0.3
<b>México</b>	2.2	1.8	2.0	2.0	2.3	1.9	2.0	2.1
Países desenvolvidos	64.8	56.4	53.9	50.8	68.7	61.5	57.9	55.1
Países em desenvolvimento	32.5	39.0	42.0	44.6	29.2	34.9	39.0	41.4
Países em desenvolvimento excl. China	26.7	30.2	31.7	33.5	23.9	28.1	30.0	31.6
América Latina	4.7	5.3	5.5	5.7	4.1	4.9	5.2	5.5

Fonte: UNCTAD. Obs.: O valor das exportações é f.o.b, e da importações c.i.f.

A tabela 7 exhibe a evolução média do comércio, comparando a década de 1990 com a de 2000, e dentro desta, dividiu-se entre 2003-2007 e 2008-2012. A mesma tendência da tabela anterior aparece nestes dados, sobretudo se comparado com a década anterior: o crescimento da participação do comércio emergente no mundo e a redução do desenvolvido. Nos países selecionados, as exceções são: o México, que perdeu participação no comércio entre 2008-2012, embora, em relação a década de 1990, ocorreu uma melhora na sua contribuição nas exportações e importações mundiais (inclusive em relação a década de 1980 e de 1970, nas importações com 0,68 e 0,96; e exportações com 0,45 e 1,21, respectivamente); e as importações argentinas, devido a uma política deliberada de controle de importações.

**Tabela 7 – Médias das exportações e importações no período (Participação no mundo total).**

Países	Exportações				Importações			
	1990-00	2001-12	2003-07	2008-12	1990-00	2001-12	2003-07	2008-12
<b>Argentina</b>	0.4	0.4	0.4	0.5	0.4	0.3	0.3	0.4
<b>Brasil</b>	0.9	1.2	1.1	1.3	0.9	1.0	0.8	1.2
<b>Chile</b>	0.3	0.4	0.4	0.4	0.3	0.3	0.3	0.4
<b>Colômbia</b>	0.2	0.2	0.2	0.3	0.2	0.2	0.2	0.3
<b>México</b>	1.8	2.1	2.1	1.9	1.9	2.2	2.1	2.0
Países desenvolvidos	69.7	58.9	61.0	53.4	70.2	63.4	66.1	57.5
Países em desen.	28.1	37.5	35.6	42.4	27.9	33.9	31.4	39.2
Países em desen. Excl. China	25.1	29.5	28.4	32.0	25.5	27.1	25.3	30.2
América Latina	4.3	5.2	5.1	5.5	4.5	4.7	4.3	5.2

Fonte: UNCTAD.

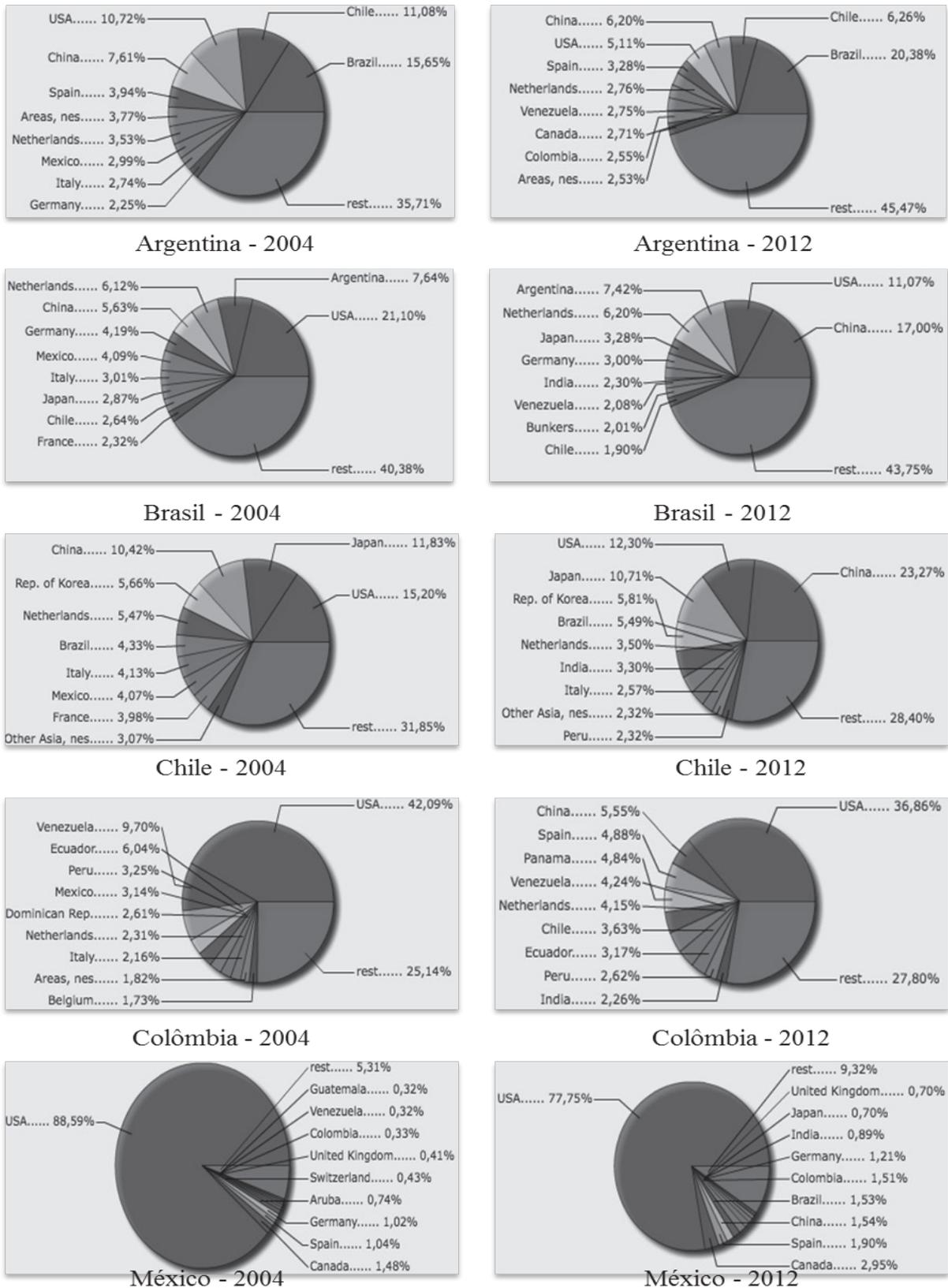
O comércio sul-sul cresceu bastante, e como salientado na seção 2, a China tem ampla participação neste aspecto, pois tem cerca de 20% do comércio total entre os países em desenvolvimento em 2012 (UNCTAD, 2013). Um-quarto de exportações mundiais em 2012, foram relativas ao comércio Sul-Sul, chegando ao recorde de \$4.7 trilhões, segundo UNCTAD (2013). A figura 2 revela as exportações dos cinco países dividido pelos principais parceiros comerciais. Em alguns países como Brasil e o Chile, a composição mudou consideravelmente, e em todos os países, a participação dos Estados Unidos se reduziu (apesar das exportações do México serem basicamente destinadas aos Estados Unidos, esta tendência também é observada), enquanto a contribuição da China, Índia, Coreia do sul e dentro da América Latina, elevou-se na maioria dos cinco países (também entre eles mesmos).

A China de quarto principal parceiro comercial na Argentina, foi para terceiro em 2008 (9,08%) e em 2012 (6,20%), enquanto seu principal parceiro comercial, o Brasil aumentou a participação em 4,74%. O Colômbia e Venezuela saíram da 28ª (0,79%) e 18ª (1,25%) colocação para 10ª (2,55%) e 8ª (2,75%) das exportações argentinas, respectivamente. Os países do Norte, como EUA, Espanha, Itália, Noruega e Alemanha perderam participação na comparação destes dois anos.

No Brasil, a China saiu da quarta colocação (5,63%) para primeira (17%), enquanto a Índia, de 30ª (0,67%) para 7ª (2,30%). Os EUA, Alemanha, França e Itália diminuíram a contribuição nas exportações brasileiras. No Chile mostrou a mesma tendência que o Brasil, a China saindo da terceira colocação (10,42%) para primeira (23,27%), enquanto a Índia de 18ª (1,45%) para 7ª (3,30%). EUA, Noruega, Itália e França pioram sua participação, enquanto o Brasil, Coreia do Sul, Japão e o Peru melhoraram.

Os EUA ainda continuam como principal parceiro comercial na Colômbia e no México, apesar da pequena redução de contribuição nas exportações destes países. Na Colômbia, a China saiu da 23ª (0,82%) posição para 2ª (5,55%), enquanto no México, a posição da China de 16ª (0,25%) foi para 4ª (1,54%). A posição da Índia nas exportações Colombianas de 55ª (0,05%) foi para 10ª (2,26), enquanto no México, de 17ª (0,23) para 8ª (0,89%). O Brasil melhorou sua posição nos dois países, Colômbia (de 22ª para 12ª) e México (de 12ª para 5ª). Percebe-se que a dependência das exportações do México para os EUA, ratifica a deterioração da participação daquela economia no comércio internacional, principalmente em relação aos países selecionados (tabela 3 e 4), dado o EUA ser principal núcleo da crise de 2008 e pela consequente desaceleração do crescimento nos anos seguintes.

**Figura 2 - Exportações de todos os produtos distribuídos em parceiros comerciais como porcentagem do total.**

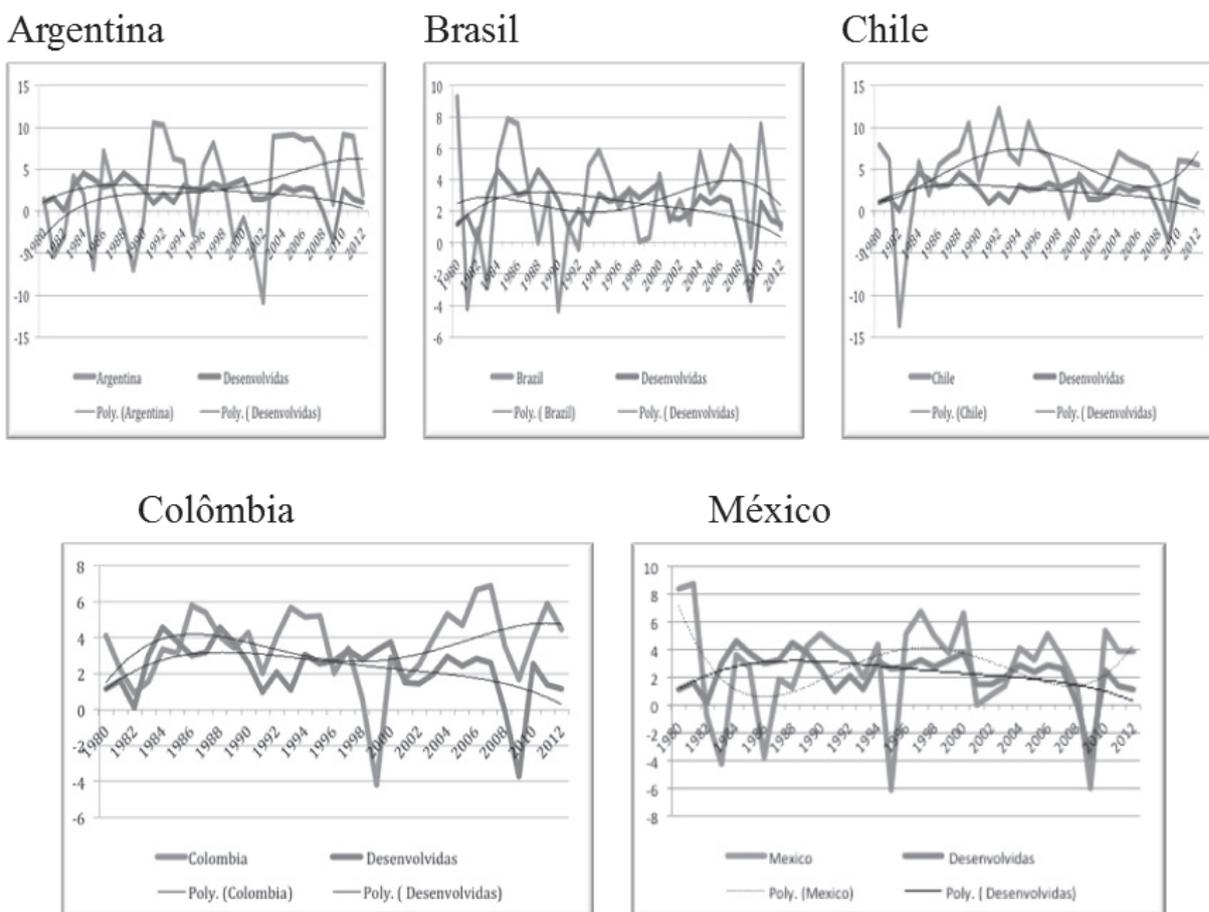


Fonte: Cepal – SIGCIplus

O crescimento do PIB sucedeu de forma generalizada nos países durante 2003 a 2008, mas a magnitude da queda do PIB e a recuperação da crise foi diversa entre os cinco. O PIB acompanhou a tendência de expansão dos componentes da demanda agregada descritas nas tabelas 3 e 4 durante o período 2003 a 2008. Em 2009, a Argentina e Colômbia ainda apresentaram um crescimento positivo do PIB com variação de 0,85 e de 1,6, respectivamente, em detrimento da recessão do Brasil (-0,33) e do Chile (-0,94). O México teve o pior resultado com uma variação de -4,53. O ano de 2010 foi de recuperação para todas economias, uma vez que a menor taxa de crescimento de 3,92 da Colômbia. Entre 2011-2012, o Brasil exibiu o pior resultado de crescimento com 2,73 em 2011 e 0,87 em 2012. O governo brasileiro tomou medidas para evitar o superaquecimento dentro contexto de elevado crescimento em 2010, gerando um forte impacto negativo sobre a atividade econômica (Weller, 2012; Serrano e Summa, 2012).

A figura 3 revela a expansão do PIB nos cinco países que inclui uma linha de tendência em comparação com os países desenvolvidos. Apenas o México não apresentou o descolamento da tendência de crescimento como os outros países. Uma possível resposta, pode ser a intensa integração da economia mexicana com o norte americana (Cepal, 2014). O comércio internacional explica em parte a lógica da vinculação do México com EUA, demonstrado anteriormente na figura 3, e explicada pela aderência ao Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), e a consequente e intensa disseminação das firmas maquiladoras<sup>9</sup>.

Figura 3 - Taxa de crescimento do PIB real anual



Fonte: FMI

9 Apesar da criação na década de 60, a vasta propagação destas firmas no território mexicano ocorreu após o acordo em 1994. As firmas maquiladoras atuam exclusivamente na montagem e etiquetagem de produtos exportáveis, a partir de componentes importados dos EUA.

## Considerações finais

Segundo UNCTAD (2013), o comércio Sul-Sul cresceu consideravelmente. Além da China e dos maiores exportadores de gás e petróleo, entre as economias que mais expandiram o comércio sul-sul nas duas últimas décadas estão: Vietnã, Egito, Índia, Turquia, Peru, Colômbia, Brasil, México e Chile. Quatro dos países selecionados neste artigo, estão entre estes países. Os dados do comércio exterior refletiram esta tendência. Além do mais, o comércio Sul-Sul elevou-se significativamente em valor nos países menos desenvolvidos da África desde 1995, e que estas economias se obtiveram enormes benefícios com as trocas comerciais com os países da Ásia em desenvolvimento.

O relaxamento da restrição externa possibilitou aos países terem uma maior “espaço de política” com um explícito quadro econômico contra-cíclico. Na área monetária, os países evitaram a elevação inicial das taxas de juros, diferentemente das crises anteriores (para evitar fuga de capitais), e pelo contrário, reduziram suas taxas para estimular a economia. O primeiro país a fazê-lo, a Colômbia, iniciou o processo em dezembro de 2008, Chile em setembro de 2009, seguido do Brasil e Peru. México relutou em diminuir as taxas de juros (Ocampo, 2010).

Com respeito a taxa de câmbio, nenhum país adotou uma taxa flexível “limpa”, sempre intervindo a fim de evitar maiores volatilidades. O amplo uso do mercado de títulos domésticos para financiar os governos, e em menor grau para os setor privado, em conjunto com a redução da dívida externa e acumulação de reservas cambiais, ajudaram a providenciar um adicional espaço para políticas contra-cíclicas.

Durante o período de 2004-10 e 2011-13, a médias das taxas de crescimento dos componentes da demanda foram de pelo menos de 2,2% (exceto a Argentina em 2011-13), mostrando que durante estes anos os cinco países adotaram um política mais ativa para incentivar o crescimento da demanda agregada, e, conseqüentemente, o produto. O destaque está no período de 2004-10 com médias de taxas de crescimento do investimento de 3,4% no México e de pelo menos 6,5% para os outros quatro países, enquanto as importações de bens e serviços apresentaram uma média de crescimento de 4,9% no México e de pelo menos 9% para os demais países selecionados.

Por outro lado, Correia e Oliveira (2013) mostram avanços no quadro social e laboral na América Latina durante 2000 a 2012. A taxa de desemprego caiu na América Latina e em todos os países selecionados, exceto o México. A expansão do emprego formal, inserção da força laboral e aumento da escolaridade femininos são destaques das causas. Apesar de estar aquém do desejado, a pobreza e a extrema pobreza reduziram bastante, pela base de dados da Cepal, em cerca de 14% entre 1999 e 2011 (pobreza).

O México aparenta ser o país que mais destoou da tendência apresentada nos outros quatro países, e explicação está na sua aproximação, principalmente no comércio exterior, com os EUA. Apesar disso, em termo de comércio internacionais, o México continua sendo o país com maior contribuição no fluxo de comércio mundial quando comparado com os outros países selecionados, inclusive, o Brasil.

A China como um polo dinâmico, o arcabouço de crescimento do comércio Sul-Sul e redução da restrição externa possibilitou um ligeiro aumento no grau de autonomia destas economias, no sentido de permitir uma melhora nas condições e grau de escolha de políticas econômicas de cada país. A ideia central é que o crescimento acelerado e a diminuição do atraso relativo de países da periferia depende das estratégias internas de desenvolvimento nacionais e seu resultado associado com a favoráveis condições externas.

Todavia ainda existem muitos desafios na América Latina. O crescimento do produto via condições extremamente favoráveis não pode ser sustentável por um longo período de tempo. Primeiro, pelo argumento simples que as fatores externos favoráveis dificilmente não vão durar por muito tempo, a crise financeira internacional encerrou uma parte deles. Segundo, o volume substancial de reservas acumuladas que em parte ameniza a restrição externa, não é infinito. A forte desvalorização do câmbio na

argentina em janeiro de 2014, exemplifica isso. Terceiro, se o maior “espaço de política” macroeconômica foi utilizado de forma adequada pelas economias latino-americanas em setores que proporcionam o crescimento demanda no longo prazo, em consequência, o crescimento do produto.

A pergunta é se essa política de exportação de recursos naturais que possibilitou um grande alívio da restrição externa, pode gerar transbordamentos em atividades que são o motor sustentável de crescimento. Uma enorme lacuna entre os países da América latina e os países da Ásia a respeito da alta tecnologia desempenhada pelas indústrias manufatureiras intensivas em trabalho asiáticas. Medeiros (2011a) cita dois desafios para o conjunto de países exportadores de recursos naturais: ampliar o processo de acumulação capital adjacente a investimento em infraestrutura pública e privado, propiciando o aumento produtividade e crescimento do emprego; ampliação da coesão entre diversificação das exportações para atividades de maior valor e substituição das importações para reduzir a dependência e propensão para importar das atividades domésticas. Contudo, isso exige a necessidade de uma ampliação da infraestrutura e da base tecnológica de forma estratégica por meio de uma política industrial. E, inclusive, de estar na pauta do governos.

## Referências Bibliográficas

- Akyuz, Y. (2010). **Export Dependence and Sustainability of Growth in China and East Asian Production Network**. South Centre, Research Paper, 17.
- Amico, Fabián (2014). “Sostenibilidad e implicancias del “desacople” entre el centro y la periferia en el contexto latinoamericano”. **Documento de Trabajo No. 57**. Mayo. CEFIDAR. Buenos Aires.
- Behring, G. (2013). **Análise crítica dos modelos de restrição externa na abordagem Kaldor-Thirlwall**. Dissertação de Mestrado: IE/UFRJ, janeiro
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (2014). **Panorama Económico y Social de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños**, 2013. Santiago: ECLAC; Janeiro.
- CEPAL (2013). **Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Cariben**, 2013. Santiago: ECLAC; Novembro.
- Correia, M. L.; Oliveira, T. S. (2013). **Perspectivas de desenvolvimento na América Latina: um olhar a partir da primeira década do século XXI**. Encontro Nacional de Economia Política, XVIII, maio. Belo horizonte.
- Damill, M.; Frenkel, R. (2011). **Macroeconomic policies and performances in Latin America 1990-2010**, CEDES, Buenos Aires, dezembro.
- Freitas, F.; Medeiros, C. A.; Serrano, F. (2015). **Regimes de política econômica e o descolamento da tendência de crescimento dos países em desenvolvimento**. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, mimeo.
- IMF (International Monetary Fund). (2013). **World Economic Outlook database. 2013**. Outubro.
- Lara, F. (2012). “Solvência e liquidez externas: aspectos teóricos, contábeis e a definição de indicadores sintéticos para análise de conjuntura”. **Textos para Discussão FEE, n. 101**. Porto Alegre: FEE.
- Medeiros, C. A. (2010). “O Ciclo Recente de Crescimento Chinês e seus Desafios”. **Anais da SEP**.
- Medeiros, C. A. (2011a) “The Decoupling of Economic Growth in World Economy in the Last Decade and Development Strategies”, In **workshop New Developmentalism and a Structuralist Development Macroeconomics**, Centro Celso Furtado, agosto 15-16, 2011, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

- Medeiros, C. A. (2011b). “The Political Economy of Institutional Change and Economic Development in Latin American Economies”, **Journal of Economic Issues**, vol XLV, No 2.
- Medeiros, C. A.; Serrano, F. (2004). “O Desenvolvimento Econômico e a retomada da Abordagem Clássica do Excedente”. **Revista de Economia Política**, vol 24, nº2, março, São Paulo.
- Medeiros, C., y Serrano, F. (2006). “Capital Flows to Emerging Markets: a Critical View Based on the Brazilian Experience”. In M. Vernengo (ed.), **Monetary Integration and Dollarization: No Panacea**. Upper Saddle River, N. J.: Edward Elgar, pp. 218-245.
- Serrano, F. (1995). “Long period effective demand and the sraffian supermultiplier”, **Contributions to Political Economy**, v. 15.
- Serrano, F. (2003). “Estabilidade nas abordagens clássica e neoclássica”. **Economia e Sociedade**, v.12 (2) Campinas.
- Serrano, F. (2008). “A Economia Americana, o padrão dólar flexível e a expansão mundial nos anos 2000”, In Carlos Medeiros, Franklin Serrano e José Luís Fiori, **O Mito do Colapso Americano**. São Paulo: Record.
- Serrano, F.; Summa, R (2011). “Política macroeconômica, crescimento e distribuição de renda na economia brasileira dos anos 2000”. **Observatório da economia global (CECON/IE/ UNICAMP)**, n. 6, mar.
- Serrano, F.; Summa, R. (2012). “A desaceleração rudimentar da economia brasileira desde 2011”. **Oikos (Rio de Janeiro)**, v. 11, p. 166-202.
- Ocampo, J. A. (2009). “Latin America and the Global Financial Crisis”. **Cambridge Journal of Economics**, Vol. 33, No. 4, July.
- Ocampo, J. A. (2010). **How Well has Latin America Fared During the Global Financial Crisis?** James A. Baker III Institute for Public Policy. Novembro.
- UNCTAD (2013). **Handbook of Statistics 2013**. Genebra: UNCTAD.
- Weller, J. (2012). “La coyuntura económica y social en América Latina y el Caribe”. In: BÁRCENA, Alicia & SERRA, Narcís (editores). **Reforma fiscal em América Latina. ¿Qué fiscalidad para qué desarrollo?** Santiago: CEPAL.